

A ABACC NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA¹

Gabriele Ransolin²

RESUMO

A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) foi criada em 1991 e, com ela, foram concedidos direitos ao desenvolvimento e pesquisa, produção e utilização da energia nuclear com fins pacíficos, preservando os privilégios e imunidades aos funcionários, e reservando segredos industriais, comerciais e tecnológicos. O sucesso da agência é unânime, mas ela representou mais do que um acordo de transparência tecnológica. Diante do antecedente histórico de rivalidades militares e econômicas entre Brasil e Argentina, ao final do século XX, essas puderam ser transformadas. A intensificação da rivalidade entre os dois começa a sofrer uma transformação na medida que desenvolvem uma troca política, com pretensão de transparência e de confiança durante o fim do século XX. Tal proposta foi uma alternativa pacífica diante de uma estrutura que busca perpetuar a violência por meio de alguns poucos países detentores de armas nucleares. O caso propõe uma paz efetiva, tal como a transformação do conflito pelo processo de criação da ABACC. É constituída, portanto, uma relação estável de cooperação sólida em longo prazo. Assim, a hipótese do trabalho é de que é que a ABACC é um pilar da paz e segurança na região, bem como mantém as relações bilaterais Brasil-Argentina estáveis. Já o objetivo geral da pesquisa é analisar como ocorreu o processo de apaziguamento da região a partir do processo de criação da ABACC e da integração do MERCOSUL, a fim de compreender a sua importância para a política externa do Brasil. Dessa forma, pergunta-se: qual a contribuição da ABACC para a política externa brasileira? Para responder a essa questão, o trabalho é teoricamente conduzido pelos Estudos para a Paz, de Johan Galtung, capaz de explicar que os movimentos realizados como uma questão de violência e de paz. Metodologicamente, os Estudos para a Paz teriam sua epistemologia voltada para a ação transformadora, presumindo a transformação da violência em paz ao identificar as assimetrias de poder e o potencial pacífico dos elementos históricos. Utiliza-se da triangulação de fontes como a bibliografia acadêmica. Para isso, a pesquisa está organizada em tópicos: primeiro, sob os contextos internacional e regional da questão nuclear e como isso afetou as relações do Brasil e Argentina, faz-se uma apresentação sobre a ABACC, como ela trabalha e seus objetivos; o segundo refere-se ao capítulo teórico; o terceiro é referente à análise dos antecedentes do processo de criação da ABACC e os projetos nucleares do Brasil e Argentina, e a continuação da análise voltada aos acontecimentos mais importantes do processo de criação da agência, que, de fato, ocorreu uma rápida aproximação entre os dois.

Palavras-chave: ABACC, Política Externa, Argentina, Brasil, Nuclear.

¹ Artigo referente à finalização da Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Orientador: Mamadou Diallo Alpha.

² Aluna da Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas da UNILA. E-mail: gabrieler.ransolinn@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1991, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) foi formalizada através de um acordo amplo, com personalidade jurídica e sede na cidade do Rio de Janeiro. Resultado de um extensivo diálogo acerca do assunto nuclear entre Brasil e Argentina, esse acordo dava, mais especificamente, o direito ao desenvolvimento da pesquisa, produção e utilização da energia nuclear com fins pacíficos, preservando privilégios e imunidades aos funcionários, além de reservar os segredos industriais, tecnológicos e comerciais.

No ano de 2020 ela atingiu 30 anos e o sucesso da agência é unânime entre os pesquisadores. O processo da sua criação mudou as relações entre o Brasil e Argentina e, ao mesmo tempo, atuou pela não proliferação de armas nucleares, agindo de forma exemplar na condução das negociações.

A ABACC foi responsabilizada pelo gerenciamento do Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), que surge nos anos 1980, através do qual são aplicadas medidas a todos os materiais nucleares no Brasil e na Argentina. Seu objetivo é assegurar, por meio das salvaguardas, que os materiais estão sendo utilizados para fins pacíficos (OLIVEIRA, 2017).

Durante a Guerra Fria, não havia transparência acerca dos programas nucleares do Brasil e Argentina. Nem mesmo os objetivos dos programas eram claros, criando uma atmosfera de rivalidade. Antes mesmo disso, nos anos 1960, a comunidade internacional entendia a nova dinâmica geopolítica como uma corrida armamentista, e passaram a pressionar países com ascensão nuclear, inclusive articulando sanções ao Brasil e Argentina para negar bens e tecnologias de matéria nuclear para que os seus programas nucleares não se desenvolvessem (OLIVEIRA, 2017).

Anteriormente, o Brasil e a Argentina pretendiam pertencer ao conjunto de países confiáveis por Estados ocidentais ricos, com o objetivo de serem reconhecidos como países aptos a receberem tecnologia nuclear. Ainda assim, a competição entre os dois países, gerado pela tentativa de receber tecnologia, passou por um desenvolvimento particular.

A atmosfera da região mudou principalmente durante os anos 1990, quando foi estabelecido o acordo de criação da ABACC. Desde que foram criadas as armas nucleares, primeiro pelos Estados Unidos, houve um tipo de tensão diferente do que era conhecido e que paira sobre as relações entre os países até hoje. A partir disso, a distância entre o desenvolvimento de tecnologias nucleares desde a geração de energia até a criação de um arsenal militar torna-se pequena.

Apesar de a ABACC ser pouco conhecida, seus resultados foram notáveis. Um de seus principais efeitos foi a criação do MERCOSUL e a notoriedade da agência se deu por conta de um processo de reversão negociada de uma hipótese de conflito sob um contexto em que a trégua do desenvolvimento de uma relação tensa era também em termos de segurança e econômica necessária. O processo de integração que aconteceu partindo da tentativa bem-sucedida de atenuar a competição nuclear da região foi, sobretudo, uma questão do predomínio da lógica da cooperação, tendo o argentino vizinho como ponto de referência.

A partir do exposto, o trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: qual a contribuição da ABACC para a política externa brasileira? Já a hipótese é que a ABACC é um pilar da paz e segurança na região, bem como mantém as relações bilaterais Brasil-Argentina estáveis e pacíficas. Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar como ocorreu o processo de apaziguamento da região, principalmente a partir do processo de criação da ABACC e da integração do MERCOSUL, a fim de compreender a sua importância para a política externa do Brasil.

Para conduzir a interpretação da criação da ABACC e da integração e o seu papel diante de desafios, o trabalho tem como marco teórico os Estudos para a Paz desenvolvidos por Johan Galtung. A escolha teórica deu-se em razão dos diversos paralelos em que o desenvolvimento desta teoria e o contexto global em que a situação estudada é inserida se cruzam, além de ser uma teoria abrangente, que contempla os aspectos de uma sequência de processos em direção à paz. A pesquisa sobre a paz surge entre os anos 1950 e 1960 com o objetivo de criar um mundo mais igualitário e justo sem manifestações diretas ou indiretas de violência. Por isso, sua proposta rejeitaria a ideia tradicional de que, para alcançar a paz, seria necessário ganhar uma guerra, mas, desta vez, a proposta é a paz por meio da paz (OLIVEIRA, 2017).

Em termos metodológicos, o contexto epistemológico representaria um conjunto de suposições que orientam a pesquisa e suas análises subsequentes. As vertentes podem ser divididas em quatro grupos: pós-positivistas, construtivistas, transformadores e pragmáticos.

Na visão dos Estudos para a Paz de Galtung, a orientação epistemológica estaria voltada para uma ação transformadora, de modo que há a tentativa de transmutar os elementos de violência em elementos que sustentem a paz. Esta perspectiva indica a necessidade de identificar as desigualdades resultantes da assimetria de poder e a necessidade de propor novas estratégias, tal como é estudado no trabalho (CRESWELL, 2018).

Como tipo de investigação, a pesquisa exploratória será utilizada neste trabalho, também chamada de correlacional, que é usada para medir o grau de influência que uma variável tem sobre outra, mesmo que não tenha precisões acerca de por que este ou aquele fato ou fenômeno pode ocorrer e seus efeitos. Estes são estudos muito utilizados quando a composição das hipóteses é realizada sobre mais de duas variáveis. Assim, pode-se estabelecer correlações que configurarão declarações hipotéticas acerca das variáveis do problema de pesquisa. A correlação empregada no presente trabalho é configurada por uma “lista de determinantes”, isto é, quando fatores que afetam outros fatores estão ligados a um conjunto de determinantes. Sabendo que a hipótese é de que a ABACC é um pilar da paz e segurança na região, bem como mantém as relações bilaterais Brasil-Argentina estáveis, a linha desse pressuposto segue por temas como ordem do sistema internacional, políticas de construção de confiança, cooperação e integração, ligadas pelo fio dos Estudos para a Paz, determinando que a ABACC é um pilar da paz e segurança na região, pois os elementos citados têm um efeito de influência sobre sua função. Isso, através de um método qualitativo, estratégia de estudo de caso com levantamento bibliográfico e técnica de revisão de bibliografia e discursos redigidos em fontes bibliográficas (MENDICOA, 2003).

Foi escolhido para a análise, a chamada “análise de conteúdo”. Esta tem como características principais a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifestado, cuja finalidade é interpretá-lo. Então, aberta à interpretação, é uma técnica de comprovação e verificação da hipótese aplicada a, no caso, análise do conteúdo da bibliografia da área e relatos. A análise de conteúdo é crucial para destacar as motivações dos governos do Brasil e Argentina, bem como seus interesses (MENDICOA, 2003).

Como técnica do método qualitativo, a observação documental é essencial durante todo este trabalho (MENDICOA, 2003). Ademais, utiliza-se a bibliografia acadêmica com os tipos de fonte escritas, primárias, no caso dos livros, e secundárias, no caso de artigos científicos.

A primeira parte discorrerá sobre os contextos internacional e regional da questão nuclear e como isso afetou as relações do Brasil e Argentina, bem como faz uma apresentação

sobre a ABACC, como ela trabalha e seus objetivos. Já na segunda introduz-se os Estudos para a Paz, de Johan Galtung, e seus principais conceitos que serão utilizados para a análise nos seguintes capítulos.

Finalmente, na terceira será desenvolvido a análise dos antecedentes ao início do processo de criação da ABACC e os projetos nucleares do Brasil e Argentina. Em seguida, será realizada uma análise com base nos acontecimentos mais importantes do processo de criação da agência, que, de fato, ocorreu uma rápida aproximação entre os dois.

1. CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL DA QUESTÃO NUCLEAR

Com a finalidade de administrar o SCCC, ambos Brasil e Argentina criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). A agência possui personalidade jurídica e sede na cidade do Rio de Janeiro, firmando competências, funções, organização e prevê privilégios e imunidades aos funcionários e inspeção a serviço da ABACC (OLIVEIRA, 1999).

A agência foi criada em julho de 1991 com a assinatura do Acordo Bilateral para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear como uma Organização Internacional. O Acordo Bilateral garantia recursos financeiros necessários para o funcionamento da ABACC, assim como a independência institucional. A comissão nela implantada é composta por dois representantes de cada governo, e definem as diretrizes políticas e supervisiona os trabalhos da Secretaria Executiva. Essa secretaria é responsável por executar as atividades necessárias para a aplicação do SCCC, e os setores técnicos realizam as inspeções, sendo que um país inspeciona o outro (CANTO, 2021).

A ABACC também propõe a reafirmação do caráter pacífico do uso da energia nuclear, reforço e constituição da confiança mútua através de projetos, trocas de informações e visitas recíprocas, incentivo ao uso pacífico da energia nuclear em prol das duas populações, cooperação com outros países da América Latina, política externa comum na área nuclear, e por fim, o incentivo aos conceitos de paz e segurança regionais (CANTO, 2021). Além disso, a criação da ABACC é a reafirmação dos próprios valores acerca da paz, uma vez que as regras definidas no acordo promovem a renúncia de armas nucleares e colocam o desenvolvimento nuclear para fins pacíficos no mesmo patamar que a não proliferação (PLUM, 2016).

A ABACC foi especialmente fundamental para a integração na medida que a integração refletia o conjunto de elementos em comum que antecederam o processo de cooperação esclarecido anteriormente como a cooperação, o desenvolvimento, e a confiança mútua, sem contar com a visão opositora que os dois possuem com relação à ordem global com base no poder nuclear e os países que mantêm o status quo, sendo eles baseados em força econômica e/ou militar.

O processo de construção da ABACC, principalmente durante os anos 1990, demonstraram a urgência em criar laços que fizessem sentido para os dois países, com vias de sobreviver à lógica global relacionadas à orientação econômica quanto à de segurança. Isso pode parecer redundante, mas essa foi a forma pela qual conseguiram chegar a uma relação pacífica e à integração (OLIVEIRA, 2017). A construção da ABACC e do MERCOSUL pode ser precisamente vista como um conjunto de ações afirmativas, que se comprometem com a integração de um sistema para que seja menos desigual, e a transformação do conflito ocorre quando firmam o comprometimento com as salvaguardas da ABACC e a integração do MERCOSUL.

Para compreender o contexto em que a criação da ABACC se insere é preciso ter em mente o sistema internacional com base no poder nuclear. A criação da tecnologia nuclear fez com que surgisse no mundo uma nova fonte de poder. Ao pensar o porquê de o domínio físsil ter ficado nas mãos de poucos países, num primeiro momento é lógico pensar que para a construção da bomba atômica, deveriam receber *know-how* tecnológico de um país que já o possui, pois, o processo inteiro da reação em cadeia e a possibilidade de criação de mais bombas ficou nas mãos de poucos.

Graças ao Projeto Manhattan³, os Estados Unidos passaram à frente nas pesquisas nucleares. Com o exército assumindo o controle do processo, foram construídas usinas de reprocessamento de plutônio, custeando aproximadamente um bilhão de dólares com o objetivo de fabricar a bomba atômica. A primeira bomba atômica chamava-se Little Boy e era feita de ²³⁵U. Esta foi lançada sobre Hiroshima em agosto de 1945. A segunda bomba criada foi a Fat

³ O Projeto Manhattan foi criado para conduzir pesquisas sobre o urânio. Foi um projeto encomendado pelo presidente norte-americano Roosevelt para realizar a separação dos isótopos ²³⁵U. A partir dessa pesquisa, seguiram novas descobertas sobre a fissão nuclear. Um resultado da pesquisa era a criação de um tipo de máquina de urânio, que pudesse ser capaz de sustentar uma reação em cadeia capaz de chegar a um alto nível de fissão e possivelmente criar um explosivo a partir dele (BOHLKE, 2022).

Man, composta de ^{239}Pu (plutônio) e foi lançada sobre Nagasaki três dias depois de Little Boy. O resultado foi a rendição do Japão (BOHLKE, 2022).

Após a audaciosa explosão das bombas dos Estados Unidos sobre as duas cidades, outros países que conseguiram dominar a prática do controle de reação em cadeia realizaram seus testes logo em seguida. O segundo país depois dos Estados Unidos foi a Índia, em 1947. Em seguida foi a União Soviética em 1949, no Cazaquistão, Reino Unido em 1952, França em 1960, China em 1964, Paquistão em 1998, Coreia do Norte em 2006, e Israel não confirmou nem negou ter armas nucleares (BOHLKE, 2022).

A situação também indica que, após a Segunda Guerra Mundial, a hierarquia de poder militar não necessariamente mudou, visto que os países que ganharam a Guerra são os mesmos que também possuem armas nucleares. O que isso quer dizer é que, geopoliticamente, o poder continuou se centrando nos Estados Unidos e Europa.

O interesse em possuir uma bomba como essa põe em evidência tanto a nova forma de capacidade destrutiva quanto sua influência. Isto se traduz em uma nova forma de poder e, conseqüentemente, a adição no mundo de um tipo de ordenamento coercitivo, com capacidade de dissuasão⁴. Em termos de poder bruto, isso gera a consolidação dos países detentores de armas nucleares como detentores do poder de fato.

Vale destacar que a capacidade de organização do poder a partir dessa nova fonte não ficou somente na Europa. China, Índia, Paquistão e Coreia do Norte foram os países que conseguiram colocar o plano da arma nuclear em prática, mesmo sem ter de fato tê-la usado num conflito. Ao que tudo indica, não são somente testes, mas também uma forma de demonstrar poder, além da capacidade de manter suas políticas para fora da esfera de influência do poder americano e europeu, e com mais competência para criar sua própria esfera de influência – também como forma de coerção – do que países que não têm armas nucleares, gerando a habilidade da dissuasão nuclear.

De certa forma, o poder bélico nuclear exercido pelos países tem um sentido diferente do convencional pois a coerção que a existência da bomba atômica exerce não é direta.

⁴ As armas nucleares foram o elemento fundamental da dissuasão no período da Guerra Fria. A origem etimológica da palavra “dissuasão” é: estratégia militar sob o qual uma potência usa a ameaça de represália de forma eficaz para impedir um ataque de uma potência adversária. Seria como um estado gasoso em que o poder não é praticamente aplicado, mas sua existência é conhecida e sua ameaça é sentida. Assim, nas relações internacionais, intitular-se-ia como o poder de persuadir o rival a abandonar o ato que pretende realizar (KOZAN, 2019).

Contudo, ela ainda confere domínio de um país sobre o outro porque essa é uma de suas funções – de criar essa diferença de poder com um grande abismo no meio.

Mais do que uma relação de coerção bruta e capacidade de dissuadir por ameaça, a bomba atômica também transparece fonte de poder político. Irrefutavelmente, o papel dos Estados Unidos foi central no desenho do modelo político internacional que vai se estender até o século XXI. Ele foi dotado de capacidade de dissuasão a partir da arma nuclear, mas também possui poder político-ideológico suficiente para sustentar a percepção de ameaça.

Assim, o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria caracteriza uma mudança no sistema internacional pela adição de uma fonte bélica capaz de consolidar poder de capacidade destrutiva nas mãos de poucos, criando formas de manter um *status quo* com a criação de esferas de influência.

Durante a Guerra Fria, sendo constatada a inaplicabilidade geral do conceito de segurança coletiva⁵, foram desenvolvidos vários conceitos básicos de segurança, com características que informavam as posturas dos países que formavam o sistema internacional. O desenvolvido pela política estratégica dos Estados Unidos e países aliados, baseava-se na perspectiva da utilização da arma nuclear contra a União Soviética e sua presumida superioridade no campo das forças convencionais. A estratégia que pairava na Guerra Fria, a dissuasão nuclear, responde em parte pela ausência de um conflito global por mais de 45 anos, e a estabilidade estratégica era manifestada somente entre as potências nucleares ocidentais e a União Soviética (PINTO, 2015).

Ao fim da Guerra Fria, foi engendrado o conceito, nos Estados Unidos, de “segurança cooperativa”⁶ como possível base para a reorganização das reações de defesa e segurança no Hemisfério Ocidental. Desenvolvido por William Perry, Ashton Carter e John Steinbruner, antes de Perry assumir o cargo de Secretário de Defesa dos Estados Unidos, o termo foi criado a partir da análise do vazio estratégico que seguiu o final da Guerra Fria. Segundo ele, “a

⁵ O conceito de segurança coletiva é prospectivo da evolução das Nações Unidas, desde a Liga das Nações. A Liga das nações buscava oferecer uma moldura de segurança coletiva para o mundo de seu tempo, sem, evidentemente, incorporar povos então colonizados, cegueira para dimensão econômica e social dos problemas internacionais, e preocupação obsessiva com o desarmamento. Como resultado das mudanças internacionais e do surgimento das Nações Unidas, foram abandonadas as ideias desarmamentistas ingênuas e passaram a propor o princípio da segurança coletiva como aquele que organizará a vida internacional por uma visão de ordem, estabilidade e permanência, que nunca se materializou (AZAMBUJA, 1995, p. 139 e 140).

⁶ Na segurança cooperativa busca-se atenuar os conflitos impostos pelo dilema de segurança por meio da adoção de medidas preventivas para a redução de ameaças militares, controle de armamento e transparência militar além da cooperação científica e tecnológica (ESCORREGA, 2009; ROBOREDO, 2011).

ausência de uma ameaça imediata é bem-vinda, porém, desorientadora” (PINTO, 2015). Visto isso, é possível observar que havia um tipo de criação de um contexto de ameaça e defesa global não a partir de uma ameaça real, mas do forjamento de uma condição de insegurança internacional, tal qual os Estados Unidos objetivavam para manter o controle sob as questões de segurança internacional.

Por séculos, o método tradicional de enfrentar ameaças tem sido o de identificar os inimigos potenciais, avaliar sua força e preparar-se para detê-lo ou dissuadi-lo diante da formação de forças numerosas o suficiente ou detentoras de uma capacidade superior. Hoje, a maior parte dos países defronta-se com a ausência de uma ameaça externa, de natureza estatal, mensurável e caracterizadamente hostil (PINTO, 2015).

Em termos de operação, o arsenal nuclear norte-americano continuaria a ter a função do tempo da Guerra Fria, o de dissuadir ataques nucleares ou de outras armas de destruição em massa. A continuidade da hegemonia militar dos Estados Unidos passa cada vez mais a se apoiar na manutenção da superioridade de coleta, processamento e transmissão de informação, de uma fórmula chamada de C4ISR. Esta seria uma estratégia dos Estados Unidos para manter a hegemonia (PINTO, 2015).

Visto isso, há também o conceito de segurança coletiva⁷, que trabalha mais sob a esfera de influência política e militar, enquanto mantém armas nucleares para si, com a promessa de proteção mais do que protege seu território de influência de fato. Um exemplo disso pode ser a forma como a Guerra das Malvinas decorreu sem evidente envolvimento dos Estados Unidos, que vai ser melhor explicado a diante.

Uma outra questão é como o conceito de segurança coletiva acomodou a multilateralização dos meios de desarmamento. Igualmente, seriam possíveis reflexos da influência norte-americana que tentaria justificar, nesse caso, manter seu arsenal nuclear já que este seria parte de sua esfera de influência, como se a possibilidade de desarmamento de uma série de países fosse fruto da sensação de estar protegido ao apoiar o sistema de defesa coletivo americano⁸, sustentado pela nuclearização dos Estados Unidos. Junto desse fato, fazer com que

⁷ A segurança coletiva diz respeito à associação de países que formam uma entidade supraestatal, centralizando a força, e objetivando o fornecimento de respostas multilaterais à problemas de segurança (ESCORREGA, 2009; ROBOREDO, 2011).

⁸ O sistema de defesa coletivo americano seria uma área de influência importante dos Estados Unidos, e firmava o comprometimento americano com os seus aliados europeus. Por causa desse mecanismo, surge a OTAN, resguardados pelo Estado norte-americano, e que, geopoliticamente, caracteriza a defesa coletiva dos Estados

outros países não tenham acesso à tecnologia nuclear – e não ter acesso à segurança energética se for o caso de algum país ter interesse nela por questões de desenvolvimento e segurança –, conseqüentemente, leva à estabilização da segurança: por exemplo, se um país aparenta não ser uma ameaça, então a geopolítica norte-americana para sua esfera de influência estaria segura, de modo que a segurança dos Estados Unidos seria o suficiente para alcançar a paz em grande escala global.

A orientação do sistema de defesa das Américas foi amplamente discutida pelo continente e, nesse sentido, os anos 1990 foram cruciais para o estabelecimento dos parâmetros em cada país sobre o que era considerado uma ameaça real e o qual era o seu planejamento para se defender dessa ameaça.

Isso é relevante, pois, levando em conta o fim da Guerra Fria e a tentativa de solidificação das esferas de influência dos Estados Unidos, os moldes que estavam sendo estabelecidos remeteriam diretamente às políticas de energia nuclear e desarmamento. Isto é, a questão do acesso à energia nuclear e o desarmamento recairiam sobre a esfera de influência norte-americana e, conseqüentemente, dentro do guarda-chuva de um sistema de cooperação idealizado pelos Estados Unidos. A singularidade desse período incide, para Brasil e Argentina, sobre a capacidade de manter-se firme sob sua própria definição de cooperação para defesa e de perdurar diante das mudanças do período que remetem sobre a ordem global até hoje.

De fato, a política nuclear no Brasil e Argentina – países com o maior foco neste trabalho – nunca chegaram a ser uma ameaça direta, mas sim, foi tratada com desconfiança. Seus planos eram direcionados à função energética nuclear e eram voltadas ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico. O que relaciona suas respectivas políticas nucleares com políticas de defesa é que a questão nuclear, mesmo que voltada ao desenvolvimento energético, nunca deixaria de ser a causa de desconfiança. Portanto, ainda que não aparente ser diretamente um indício de falta de segurança, a defesa estaria relacionada também a orientação de seu posicionamento quanto à disposição geopolítica, estabilidade na região, manutenção de paz, e inserção em processos decisórios mundiais como aconteceriam por meio das salvaguardas.

Para exemplificar a dimensão do sistema de salvaguardas, em 1986, o posicionamento do Brasil serviria como uma espécie de “escudo conceitual” para dissuadir eventuais ações militares de potências de fora da região, e implementar em longo prazo um sistema de

Unidos como um conceito tradicional de segurança pautada em requisitos estratégico-militares. Mas também serviria para uma ideia de proteção de países do continente americano (BARROSO, 2006).

cooperação horizontal que salvaguardasse o uso pacífico do mar, de acordo com a comunidade de interesses e com a responsabilidade para com o hidroespaço do Atlântico (GARCIA, 1998). Ou seja, a ideia de estabelecer salvaguardas não era somente expressa por países desenvolvidos e militarmente avançados sobre a questão nuclear, mas permeava os vários setores de segurança e defesa e a iniciativa vinha do Estado que acreditasse ser um tema importante. Como representado nesse exemplo, diversas iniciativas serviriam como o dito “escudo conceitual” de onde partia o posicionamento brasileiro, levando em conta a cooperação e salvaguardas horizontais.

Assim, pode-se tirar dessa experiência, também, a forma com que antes mesmo do período dos anos 1990, o Brasil já tinha um posicionamento relativo à sua própria demanda. O que se passou nessa década, especialmente em relação ao Brasil, é que o país leva adiante as medidas de promoção de confiança mútua, evento relevante para a expressão dos critérios de solução pacífica de controvérsias, prevenção e cooperação em segurança.

Nesse contexto, o Brasil e outros países da América Latina buscaram ressaltar os aspectos não-militares das medidas de confiança, defendendo um tratamento mais abrangente de maneira que possa incorporar iniciativas no campo econômico, comercial e cultural, e que, efetivamente, promovessem a integração, desencadeando, assim, a vontade dos países da América Latina em tratar a questão de segurança através de meios econômicos, assim como o MERCOSUL foi indispensável para a questão nuclear entre Brasil e Argentina (PINTO, 2015).

A atuação do Brasil aconteceu no sentido de retirar da agenda o não tinha relação direta com medidas de fomento da confiança. Nesse sentido, o impulso nas relações bilaterais entre Brasil e Argentina foi resultado de condições políticas e históricas específicas dos dois países, não sujeitas a serem estendidas a outras regiões do mundo. O dito fortalecimento da confiança foi expresso em iniciativas comuns na área do desarmamento, da decorrência da necessidade de superar restrições de acesso a bens e serviços de alta tecnologia, e da promoção de um processo de integração econômica que vinculava os dois países, que foi possível pelo grau de confiança desenvolvido pelos presidentes Sarney e Alfonsín (PINTO, 2015).

O papel do Brasil teria sido fundamental para a mudança de visão estratégica geopolítica da época da Guerra Fria, pois foi ele que primeiramente instigou o vizinho Argentino a abandonar o posicionamento geopolítico de seguir as estratégias de segurança dos Estados Unidos, em que necessidade de um alinhamento e a prevenção defensiva de um inimigo potencial, para um novo paradigma. Isso não significa, contudo, que não haveria valorização

pelo Brasil pelo investimento multilateral da não-proliferação de armas nucleares. Pode ser observado que, após o alinhamento mais acirrado entre o Brasil e Argentina em suas propostas de defesa, nas quais deveria ser resolvido entre eles a desconfiança sobre seus planos de desenvolvimento nuclear e de criar bases de cooperação e confiança por meio das salvaguardas, o multilateralismo que pairava sobre suas ações deixou de ter um efeito de restrição e controle.

2. ESTUDOS PARA A PAZ

Aqui são explicados os conceitos dos Estudos para a Paz ao mesmo tempo que considera as circunstâncias globais e regionais discorridos no capítulo anterior para explicar como ocorrem as formas de paz e violência nestes contextos.

A mobilização de grupos contra outros e o contraste da humanidade feito pelos conflitos é algo que pode ser observado no complexo sistema internacional. Este é um tema que introduz uma das formas de violência estrutural e a falta de paz no cenário internacional: pelo contraste entre a “paz negativa”, definida como a falta de violência coletiva organizada, e a “violência”, que pode ser definida em termos de destruição de fato como consequência das ações de um ator contra outro. Nesse sentido, no sistema internacional, não havendo violência direta entre as potências (principalmente), seria assumida a existência de valores consensuais (GALTUNG, 1967). No caso, como não havia violência direta (a dissuasão nuclear não era vista como violência direta), os valores consensuais estariam supostamente sendo manifestados. Com o auxílio da institucionalização da paz nuclear em organizações, agências de controle nuclear internacional e tratados, fica mais claro o suposto compartilhamento dos mesmos valores que estariam sustentando a paz, mas que, ainda assim, são formas de violência. Violência, porque trata-se de uma ameaça de destruição de fato.

Visto do que se trata a violência, também existem duas abordagens de compreensão da paz: a dissociativa e a associativa. Enquanto a primeira mantém os grupos separados pelo balanço de poder ou outra medida de polarização, a segunda consiste em pacificar trazendo os grupos para perto uns dos outros através de medidas unificadoras. Dessa forma, no contexto abordado, para manter um certo equilíbrio seria necessária uma divisão de poder onde alguns teriam o domínio e outros não. Também seria necessário pacificar os ânimos com relação à

tecnologia nuclear e à nova divisão global que foi criada com ela, só que por meio da tentativa de institucionalizar a aceitação dessa ordem (GALTUNG, 1967).

Os períodos conturbados da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria foram palcos de mudanças já destacadas aqui. Essas, tão complexas, poderiam ser interpretadas de formas variadas, tal como as relações bilaterais, multilaterais, entre países agrupados em regiões, ou grupos que se inserem em uma determinada localidade dentro dessas regiões, por assunto ou mesmo a partir das relações hierárquicas. Uma possibilidade seria enxergar a relação dissociativa como o que aconteceu entre os países em guerra e seus aliados na Segunda Guerra, as alianças feitas na Guerra Fria, bem como a corrida armamentista de cada um dos lados. Essa também poderia ser relacionada com a suposição da paz negativa através dos agrupamentos baseados, entre múltiplos motivos, nos valores compartilhados. Este tipo de divisão estaria, então, sustentando a paz e pode-se observar o fato na criação da própria lógica de dissuasão nuclear.

Outra possibilidade de enxergar o contexto seria a partir da paz associativa. Esses tipos de resolução da paz não precisam ser excluídos em detrimento da presença de outro. Na realidade, o processo de associação acabou unificando grupos opostos, mantendo-os juntos, mas contra um inimigo externo. Por exemplo, no Ocidente, o que se destacou como projeto de associação foi a ascensão de organizações internacionais como a ONU, processos de cooperação e a assinatura de incontáveis tratados (a institucionalização da segurança e das formas de poder), com o apoio dos Estados Unidos, frequentemente identificando um Estado que não está agindo de acordo com o que é esperado de acordo com as premissas de sua esfera de influência, por estar fora do sistema de defesa coletivo.

O processo de institucionalização internacional das salvaguardas nucleares, entretanto, não foi amplamente aceito por todos. Sabe-se que com o sucesso da AIEA hoje, subentende-se que ela foi mais aceita pelos países do que rejeitada. O Brasil, inclusive, é considerado um dos fundadores dessa agência e junto desta, foi firmada entre os anos 1960 e 1970 uma série de acordos bilaterais explorados neste trabalho mais adiante, como o Acordo de Cooperação Relativo aos Usos Civis da Energia Nuclear Brasil-Estados Unidos, o Acordo de Cooperação no campo de Usos Pacíficos da Energia Nuclear Brasil-Alemanha e o Acordo Quatripartite (OLIVEIRA, 1999). Isso destaca o caráter do Brasil, bem como o da Argentina, que também se posiciona como países em busca de paz e cooperação diante da institucionalização realizada

pelas salvaguardas, e que, além disso, fazia da cooperação um meio para tentar entrar em contato com tecnologias mais avançadas.

Fica evidente que, ao longo da Guerra Fria, a institucionalização de um dos meios de controle nuclear como a AIEA foi crucial para a segurança global de maneira geral. Essa mudança significou que o oligopólio das armas nucleares era a principal preocupação. Ou melhor, o monopólio da detenção do conhecimento sobre material físsil pelos Estados Unidos era a maior preocupação do Ocidente. O momento após a destruição de Hiroshima e Nagasaki orientou-se para a instrumentalização de salvaguardas pela AIEA, órgão que integra administrativamente a estrutura da ONU, e que pode também ser considerada um meio multilateral de controle do poder nuclear.

Vale retomar o conceito de violência. O conceito amplo de violência, antes um problema de definição, significa uma igualmente ampla capacidade de atingir a paz, e pode ser definido em duas dimensões, considerando o “real” e o “potencial”, ou seja, o que ela realmente é, e o que poderia ter sido. Nesse sentido, a violência é o que separa o que é real e o que é potencial, significando que, se existe a possibilidade de evitar que a violência se torne realidade, e ainda assim ela acontece, então, trata-se da existência da violência real, seja qual for o tema que esteja sendo tratado. Da mesma forma, quando o que é real é inevitável, então a violência não está presente (GALTUNG, 2018).

Boa parte da tensão causada pelo advento das armas nucleares tem relação com a violência potencial ou real. A possibilidade de realização de um evento pode ser concebida melhor através dos “aspectos mentais”, pelas quais é possível pensar a dissuasão nuclear e precisa que um ator seja um influenciador e que outro(s) seja(m) influenciado(s) (GALTUNG, 2018). Assim, as dimensões que caracterizam a ação violenta ou um modo de influenciar, tais como a distinção entre a violência física ou psicológica, a distinção entre um objeto não-ferido e um ferido (violência truncada), se uma violência é intencional ou não intencional, e se existe uma distinção tradicional entre dois níveis de violência (manifesto e latente) (GALTUNG, 2018).

Ainda no plano global, é importante destacar a compreensão da violência estrutural e cultural. De acordo com Galtung (2018), existe uma distinção entre a violência estrutural e a violência cultural. A violência estrutural corresponde à forma indireta da violência que possui raízes na distribuição desigual do poder e recursos, injustiça, exploração e opressão. Nesse sentido, para superar a condição de violência haveria a paz negativa, que é reconhecida pela

ausência de violência direta (explícita) a partir da justiça social, enquanto a paz positiva, que é estimada pela superação de todas as formas de desigualdades e injustiças, o que leva à dimensão estrutural da violência ilustrada pela teoria do imperialismo, a dinâmica global de exploração da periferia pelo centro, bem como a desigualdade em termos de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2017). Dessa forma, entende-se que o contexto abordado neste capítulo é marcado pela violência estrutural, visto que há violência de forma indireta com base na distribuição desigual do poder e recursos, e injustiça da ordem global, sendo essa uma forma de paz negativa, pois seria necessária a eliminação da violência direta proveniente das armas nucleares para que haja a paz efetivamente.

Na época da Guerra Fria, Galtung agrega mais um conceito: a violência cultural. Esse tipo de violência é construído por identidades coletivas que contribuem com a estabilização de determinadas ordens sociais violentas de forma que sejam consideradas “normais”, além de possuir um teor binário sobre as relações, tais como o bem e o mal, o superior e o inferior, o aliado e o inimigo (OLIVEIRA, 2017). Isso poderia ser interpretado como a maneira com que a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos tratam o monopólio da tecnologia nuclear, sabendo que é uma tecnologia acessível e que isso traria desenvolvimento para outros países.

A partir desses conceitos é concebido o chamado “triângulo da violência”, no qual, numa ponta, está a violência direta e nas outras duas, as formas indiretas de violência (estrutural e cultural). Para reverter o triângulo da violência, há uma equação onde a paz negativa é definida pela eliminação da violência direta e a paz positiva pela eliminação das formas indiretas de violência, criando assim, o triângulo da paz (OLIVEIRA, 2017).

Com o poder militar amparado pelo poder nuclear o advento das armas nucleares tornou a situação mais complexa. A ideia de uma ordem internacional alternativa à lógica da violência é contextualizada durante a Guerra Fria, onde as principais preocupações com a paz se reorientaram para o aumento do número de conflitos na periferia do centro, chamadas de “novas guerras”, e estudos sobre as causas da guerra que observam nas características dessa “nova guerra” não se ajustam às dinâmicas do sistema competitivo bipolar e nem uma guerra convencional entre os Estados com o enfrentamento das forças armadas e um objetivo claro (OLIVEIRA, 2017).

No plano regional, uma interpretação sobre a competição tecnológica nuclear e desconfiança é feita a partir da tentativa de obter meios tecnológicos, pelo ambiente anterior à

aproximação do Brasil e Argentina, com falta de transparência com relação ao início de seus respectivos projetos militares, e também pelo requerimento de tecnologia dos países desenvolvidos.

Mais especificamente, eram reproduzidas entre Brasil e Argentina a violência potencial na medida que não sabiam em que nível estava o desenvolvimento da tecnologia nuclear em no território um do outro, e a violência era psicológica já que não havia o conhecimento do ciclo completo do urânio, e sim, a possibilidade de um dos países o obterem, e assim criando medo e tensão, sendo este conhecimento essencial para a criação de armas atômicas.

Por isso havia a possibilidade de reverter o triângulo da violência entre eles. Além de não exercerem violência indireta (estrutural e cultural) um sobre o outro, para reverter a situação, eram necessárias ações para a eliminação da violência direta (a ameaça), que aconteceu com o processo de criação da ABACC. Mais que isso, se for considerar a violência indireta, seria a violência exercida sobre eles e à qual eles tentariam se opor em conjunto.

Com o advento das armas nucleares, essa lógica foi modificada. Durante a Guerra Fria, dissuasão das duas potências regionais levou à moderação forçada do conflito. Dissuasão, porque há capacidade de responder a ataques. Com a dissuasão, a retaliação do ataque potencial de uma bomba atômica levou a guerras indiretas e à modernização militar que ocorrem na periferia da ordem do sistema internacional.

Diante de uma série de facetas da violência, a tentativa de reverter o triângulo nesse nível era difícil por causa da posição daqueles que não possuem tecnologias ou armamento nuclear estiveram, mas o processo de criação da ABACC – e a própria ABACC – é a demonstração da possibilidade de reverter as circunstâncias.

3. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA E SEUS EFEITOS

Ambos Brasil e Argentina incorporaram os processos de afirmação nacional sob os antagonismos de Portugal e Espanha, como se fossem influenciados geneticamente. A formação do Brasil ocorreu devido à expansão desde Tordesilhas e, no caso da Espanha, aconteceu no sentido de conter “um muro de arrimo erguido para impedir o deslizamento da expansão luso-brasileira”. Paralelamente, o que gerou antagonismos advindos dessa genética, para o Brasil,

significou o crescimento e a consolidação, e na Argentina isso foi tomado como prevenção e busca de equilíbrio diante da propensão do Brasil em se estender até o Prata (CANDEAS, 2010).

Até os anos 1940 a rivalidade foi marcada principalmente pelo caráter militar e, para além das fronteiras, no século XX a superioridade naval também era um assunto recorrente, especialmente durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Na primeira metade do século XX, era presumido pela Argentina que o Brasil pretendia aspirar a um tipo de representante militar dos Estados Unidos na Região em troca de armamentos. Já na segunda metade do mesmo século, a rivalidade também se torna econômica e a Argentina não aceita estar subordinada à dependência da economia brasileira (CANDEAS, 2010). Isso, para ilustrar o percurso da rivalidade brasileiro-argentina e o conjunto de oposições que se articulam para dar tom da herança da rivalidade no último século.

Pouco antes do surgimento do primeiro projeto nuclear, na década de 1930, o antagonismo entre Brasil e Argentina se agravou porque ambos os governos temiam que suas divergências viessem a ser um problema de fato, não só uma possibilidade vaga. Dá-se uma especial atenção à condução das relações entre si de forma recíproca, isto é, suas relações eram mais espelhadas uma na outra do que relações baseadas em decisões autônomas. Tanto que, em 1933, os presidentes Getúlio Vargas e Agustín Justo acabaram por tirar dos textos de história e geografia os conteúdos que mostrassem os momentos de atrito e guerra que até então haviam ocorrido entre os países (BRANCATO, 1988).

O ano de 1937 foi um ano particularmente interessante para a política externa e sistemas de defesa dos Estados latino-americanos. O governo brasileiro tinha um plano de arrendamento de destroyers dos Estados Unidos, que visava a aparelhar e treinar melhor as Forças Armadas. Esses planos do Brasil alinhavam-se perfeitamente na política de boa vizinhança implementada pelo Presidente Roosevelt, mas havia obstáculos nesse plano que custavam analisar a permissão do Parlamento americano para efetivar o acordo com o Brasil: Roosevelt declarava que gostaria de enviar navios, mas que estava em vigor o Tratado Naval de Londres de 1936 ou Tratado Internacional para a Limitação e Redução do Armamento Naval, assinado entre os Estados Unidos, França, Inglaterra. Além disso, a Argentina se opôs ao arrendamento pretendido pelo Brasil (BRANCATO, 1988).

A partir daí podem ser observadas algumas questões. Primeiro, que o Brasil e a Argentina tinham o que poderia ser configurado como uma disputa (dois atores que possuem o

mesmo objetivo escasso), buscando impedir, sabotar ou destruir o que estaria no seu caminho para alcançar os objetivos (GALTUNG, 1996). Segundo, que a aparente disposição dos Estados Unidos para assistir o Brasil também era compartilhada com outros Estados latino-americanos. Portanto, o posicionamento da Argentina com relação ao arrendamento dos destroyers ao Brasil objetivava a sua sensação de segurança. Terceiro, que o Tratado Naval de Londres de 1936 refletia o sistema internacional pré-Segunda Guerra Mundial e o desmantelamento dela, bem como novas conjunturas sendo formadas, que foram realçadas na Primeira Guerra Mundial.

A rivalidade também foi estimulada entre o Brasil e a Argentina. Em meio a isso havia uma postura pelos Estados Unidos e Europa orientados pela não transferência de navios, submarinos, ou qualquer recurso para qualquer outra esquadra estrangeira. Mesmo que tivesse ocorrido um recuo na negociação do arrendamento, ainda assim houve uma certa cooperação a partir dos Estados Unidos em 1938 com relação ao Brasil na construção de três destroyers em estaleiros brasileiros, com planos elaborados pela marinha norte-americana. A Argentina não ficou para trás. Ela foi igualmente favorecida em 1937 quando foi divulgada a notícia de que haviam chegado a Buenos Aires três aviões de bombardeio. Com este rearmamento parco, não foi amenizada a desconfiança mútua que seguia existindo. O processo que impediu a transferência dos destroyers americanos para o Brasil foi carregado de tensão durante as negociações e sempre incluíam como ponto de referência o país adjacente. A política de boa vizinhança, dessa forma, refletia somente a relação que o vizinho mais distante tinha para com os outros do continente (BRANCATO, 1988).

Nesse sentido, pode-se dizer que as mudanças ocorreram no sistema internacional com relação à questão nuclear começaram a partir da Conferência de Chapultepec de 1945, também conhecida como Conferência Interamericana sobre Problemas de Guerra e Paz. Nela, os Estados Unidos colocaram à prova a viabilidade do plano de controle mundial de minerais físicos. A partir disso, foi criada a primeira comissão para estudar qual política nuclear os Estados Unidos deveriam adotar quanto à energia nuclear no mundo. Uma das conclusões chegou à compreensão de que os Estados Unidos deveriam manter em segredo tudo o que fosse de matéria nuclear (OLIVEIRA, 1999). Apesar dos esforços do Brasil e Argentina na época, o desenvolvimento em pesquisa tecnológica em Física ainda era precário se comparado com o dos Estados Unidos.

A partir daí, foi criada uma série de meios para controlar os vários aspectos da produção nuclear, desde a mineração até o *know-how*. A primeira, em 1946, foi a Comissão de Energia

Atômica, que objetivava o controle de informação científica, o emprego da energia nuclear para fins pacíficos, a eliminação de armas atômicas e inspeção com vistas à proteção dos Estados. Também havia um plano que visava a realizar inspeções em todas as minas de material nuclear e indústrias de produção de energia nuclear, a Autoridade de Desenvolvimento Atômico (ADA). Esta instituição pretendia manter os Estados Unidos em uma posição de vantagem (OLIVEIRA, 1999). Para Galtung, a eliminação de armas atômicas seria um passo significativo para a Paz mundial. Contudo, a forma em que se seguiu não seria ideal pois o arsenal nuclear continuou crescendo nas mãos de alguns poucos países. Este é um exemplo do que o autor configuraria como violência.

De fato, o controle - e prevenção - da criação de armas nucleares também significou a criação de um oligopólio e controle institucionalizado. Finalmente, podem ser vistos os primeiros sinais explícitos do que sustenta a desigualdade – financeira, tecnológica, militar e política – entre os países com relação à criação da bomba atômica, que, por consequência, sustenta a violência estruturada e gera a estabilização de uma ordem, pois seria difícil ser contestada.

Um marco da mudança foi o fim dos regimes autoritários em 1983 e 1985. O segundo é a significação da Guerra das Malvinas para o Brasil a partir do reajuste necessário com relação à ameaça à Argentina, e a sensação de uma ameaça externa na América do Sul que implicou a invasão britânica no Atlântico Sul em 1982. Essa guerra pode ser considerada um dos pontos de inflexão, que revelou, apesar do avançado projeto, que a Argentina não tinha um programa nuclear em condições de ser posto em prática. Porém, a questão das Malvinas redefiniu a relação entre Brasil e Argentina porque a intervenção de um membro da OTAN, que dispõe de armas nucleares no Atlântico Sul causou uma inquietação no Brasil, que traduziu a situação como uma ameaça à segurança sul-americana (GADANO; BIANCO, 2016). Esse foi o início de uma firme aliança regional, encerrando o histórico de disputas explícitas em matéria de segurança.

Objetivando a transformação do conflito, Galtung explica que esse é um processo de transformação que nunca acaba. A estabilidade seria um objetivo temporário. O que é realmente preciso é a capacidade de transformação do conflito de uma forma sustentável. Sobre o plano global, essa foi a primeira tentativa de enfrentamento e de enxergar aos olhos da política externa que existe uma estrutura invasiva. Como uma forma de enfrentar essa estrutura, de acordo com Galtung, era preciso a conscientização e a mobilização contra formas de repressão da seguinte

forma: confronto, luta para superar, dissociação com laços estruturais e o reacoplamento, este último uma forma de participação e não de marginalização. (GALTUNG, 1996). Levando em conta as armas nucleares, seria difícil passar do processo de dissociação e transformar o conflito. A aproximação deles foi relevante porque notou-se que apoiar um ao outro também gerava uma sensação de segurança, que foi o suficiente para continuarem compartilhando esse apoio diante da ameaça exterior.

De qualquer forma, essa aliança é efetuada pouco antes do fim do regime militar para a transição democrática, representados pelos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. O auxílio brasileiro militar à Argentina também foi significativo, não só o posicionamento do Brasil em discurso. Em 1989, as elites políticas e militares de ambos países já compartilhavam a forte convicção de que as potências nucleares seriam uma ameaça para os países da América do Sul (GADANO; BIANCO, 2016).

Nesse contexto, surge o regime das salvaguardas nucleares internacional e multilateral. Diz-se que, após o fim do período ditatorial, os governos de Sarney e Alfonsín iniciaram o chamado “distensão nuclear”, que resultou na integração dos sistemas de salvaguardas e criação de um sistema binacional (GADANO; BIANCO, 2016). Esse sistema de salvaguardas pode ser notado tanto como uma certa autonomia com relação ao sistema de salvaguardas internacional, quanto o fim da crença de individualmente e desassistido nenhum deles poderia lidar com as forças internacionais.

Uma interpretação é feita a partir de estratégias de ação pacífica. A associação, ao invés de dissociação e evitação com conflito, é uma. De fato, a integração do sistema de salvaguardas ilustra esse caso. Outra é a condição da interação não violenta, referida como equidade. Essa equidade só poderia ser realizada uma vez que países subdesenvolvidos estivessem no mesmo nível tecnológico que os desenvolvidos, ou que países desenvolvidos abdicassem de armas nucleares; ao menos esse ponto foi um passo para a aproximação entre Brasil e Argentina (GALTUNG, 1985).

O raciocínio por trás das relações hierárquicas está em como a política afeta os interesses dos atores e grupos de atores nos níveis de sociedade e globo. Tais interesses são regulados pelas relações de poder e violência, ambos em formas estruturais e diretas. A paz seria a redução da violência e, conseqüentemente, tem a ver com a regulação de poder. A paz, todavia, não é uma luta para abolir o poder e se livrar de conflitos, mas o exercício da não violência em forma de resolução de conflito (paz positiva) (GALTUNG, 1985). Dessa forma, a iniciativa para a paz

através da paz positiva (superação das formas de desigualdade) tem relação direta com os resultados positivos do processo de cooperação. Isso não quer dizer que a transformação de um conflito é um processo fluido e sem dificuldades, como se seguir algumas regras pontuais trouxesse resultados imediatos, mas a perseverança na paz positiva e a viabilidade dela foi o que concedeu o sucesso que lhe atinge no futuro.

Há também motivos mais explícitos pelos quais iniciou-se uma série de declarações durante os anos 1980. A mudança de caráter político-militar criou novos paradigmas e, ao mesmo tempo, houve um aprofundamento ou a tentativa de um aprofundamento em alguns casos, no setor técnico. Não se pode deixar de notar o aspecto técnico porque foi ele que colocou em prática o novo modelo de segurança.

Tudo isso para ilustrar que os motivos para o início da cooperação entre eles foram desafiadores para o regime, o reconhecimento do potencial conjunto como solução para os problemas entre Brasil e Argentina, mas também a realização de que na prática havia possibilidade de funcionar. Já estavam fazendo o movimento de regular as assimetrias que sustentam as estruturas da paz negativa através da cooperação e de uma ação integrada. Assim, o processo da construção da confiança emaranha-se com o processo de integração entre Brasil e Argentina.

No plano internacional, o Brasil teve um papel relevante na América do Sul pela sua orientação no sistema de defesa. A orientação do sistema de defesa das Américas foi amplamente discutida em encontros pelo continente e, nesse sentido, os anos 1990 foram cruciais para o estabelecimento dos parâmetros em cada país sobre o que era considerado uma ameaça e o qual era o seu planejamento para se defender dessa ameaça. Para o continente americano, a posição dos Estados Unidos, Brasil e Argentina foram cruciais para o que poderia ser chamado de desequilíbrio estratégico da década em questão.

Assim, ocorre uma reforma no sistema, intensificado pela criação da Comissão Especial de Segurança Hemisférica da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1992, que culmina na realização da Cúpula das Américas em 1994, em Miami. Desde o início das atividades sobre o sistema de defesa o Brasil adotou uma posição de reticência em relação à aplicação multilateral de conceitos de segurança e de medidas de promoção de confiança (CBMs) no hemisfério, uma vez que aqueles conceitos tinham sido idealizados para a situação de Guerra Fria na Europa. Já os Estados Unidos e Argentina defendiam posições divergentes do Brasil: os Estados Unidos desejavam promover o engajamento dos países latino-americanos

contra as chamadas ameaças transnacionais. A Argentina procurava se aproveitar das iniciativas dos Estados Unidos para o estabelecimento de mecanismos que limitassem o que era percebido como um crescente desequilíbrio estratégico em favor do Brasil (PINTO, 2015).

Em novembro de 1993, na sede da OEA, depois de palestras com representantes do Canadá e dos Estados Unidos sobre os temas de “Conceito de Fortalecimento de Medidas de Confiança” e “Terminologia das Medidas para Fortalecimento da Confiança”, o representante do Brasil viu que as duas exposições se baseavam em instrumentos que resultavam da experiência dos dois países como membros da Aliança Atlântica (Tratado *Open Skies*) e dos “Acordos para Evitar Incidentes Entre Navios Militares no Alto Mar”. Ambos exemplos representavam CBMs de caráter militar desenvolvidas durante o período de confrontação entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia (1955-1991). Para o Brasil, essas medidas não se aplicavam a um continente onde as relações cordiais constituíam a regra e os conflitos eram uma exceção (PINTO, 2015).

O ano de 1994 foi crucial para as relações entre Brasil e Argentina nos temas econômicos e de segurança. Neste ano ainda havia discordâncias acerca do que constituiria uma ameaça à segurança regional e sobre o caráter das instituições de defesa. Enquanto a Argentina insistia em estabelecer uma conferência interamericana especializada com ministros de Defesa dos países membros da OEA e o estabelecimento de um centro de prevenção de conflitos, identificando situações de risco e prováveis causas de conflito, o Itamaraty defendia a existência de um grande desequilíbrio de poder militar no hemisfério, representado por países membros da OTAN, e a dificuldade de vislumbrar uma forma de equilíbrio que contemplasse as preocupações de países com níveis de poder nacional tão distintos como os da América Latina e Caribe (PINTO, 2015). Isto é, enquanto um centrava-se sobre a representação cooperativa liderada pelos Estados Unidos, o outro estava convencido de que a melhor forma de atuar seria identificando e atuando de acordo com suas próprias necessidades, acolhendo as demandas que tinham em comum e a melhor forma de trabalhá-las.

A distinção entre a orientação de sistemas de defesa na América foi qualificativamente distinta. Não eram opostas, pois o seu cerne girava em torno da proposta de segurança coletiva. Mas uma estava voltada para a manutenção primariamente – se não unicamente – militar, e a outra tinha vistas às suas próprias demandas. Fazer parte da América do Sul certamente fez com que compartilhasse a sua experiência com outros Estados próximos, vivência que formulou

práticas de defesa sem que houvesse a securitização da criação de um inimigo do Hemisfério Sul, e voltasse para os problemas de defesa tangíveis na sua região.

Na transição dos anos 1980 para 1990, no processo de criação da ABACC, paralelamente com o processo do MERCOSUL, foram firmados uma série de acordos e declarações, tais como: Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear de 1980; Declaração de Iguazu de 1985 e o Programa de Integração Econômica (PICE); Declaração de Iperó de 1988; Tratado de Cooperação, Integração e Desenvolvimento de 1988; Declaração de Ezeiza de 1988; e a relevância do processo bilateral: formulação da estratégia compartilhada.

Neste processo, uma importante questão foi levantada. O assunto das inspeções nucleares mútuas levantadas na Declaração de Iguazu e programa de integração econômica, que criou um grupo de trabalho conjunto levou ao ponto de partida do processo de integração. Foi criada no âmbito da Declaração uma comissão mista de alto nível para tratar do assunto. Dessa forma, em 1986, a Ata para a Integração Brasil-Argentina criou o Programa de Integração Econômica (PICE). Por meio dele, foram acordados 24 protocolos de liberação comercial bilateral e a cooperação em diversas áreas, como a produção de alimentos, investimento na indústria, no transporte e em comunicações (RÊGO, 1995).

Como objetivo, o programa previa a abertura dos mercados de forma seletiva, o incentivo à complementação setorial, integração mais igualitária entre os participantes e a harmonização das políticas relacionadas com a competitividade setorial. Onde havia um ambiente mais protecionista, a partir daí, foi gradualmente se abrindo.

A explicação da demanda da integração neste momento não é uma surpresa. Sob a circunstância nuclear, o aumento da confiança na segurança poderia acabar afetando a credibilidade e estreitando laços em outros campos também. Seria válido buscar o desenvolvimento da economia por si só, mas também é interessante pensar a questão econômica com relação ao oponente – entre Brasil e Argentina.

Galtung explorou como o conflito político estava sendo moldado entre *grand designs*, ou, estruturas globais. Essa nova estrutura lida com as relações entre países ricos e países em desenvolvimento no nível global. Seria, então, uma abordagem de nível macro. Já os *basic needs*, ou, necessidades básicas (BN), é uma abordagem em nível micro. É sobre o nível

individual, do ser humano e, portanto, enxerga o desenvolvimento em termos de suprimento das necessidades básicas (GALTUNG, 1978).

Galtung mostra como os países em desenvolvimento podem se opor à lógica global – ou como o Brasil e Argentina tenderiam a se opor – especialmente às salvaguardas como da AIEA. Haveria duas formas de abordar os maiores problemas do Terceiro Mundo. A primeira seria o reforço dos países mais “fracos”, e o outro foca no reforço dos indivíduos mais “fracos” dentro do país. Isso se refletiria na escolha de tecnologias. Por um lado, há o capital, o trabalho, a pesquisa e a administração tecnológica que poderia fazer com que os países em desenvolvimento cheguem ao nível de países desenvolvidos, de acordo com as regras criadas pelos países desenvolvidos (GALTUNG, 1978).

Outro lado da compreensão é sobre como o suprimento das necessidades são menos sobre compaixão pelo menos favorecido, e mais sobre o medo dele. Estes, ainda, são vistos como uma massa de pessoas mais consciente sobre o que os países desenvolvidos têm. Junto com essa imagem vem a hipótese de que o perigo seria diretamente proporcional à pobreza dessas populações. Essa abordagem de necessidade básica é uma mistificação da política do poder global. O objetivo é reduzir o poder dos país em desenvolvimento através da eliminação do elemento de poder principal, discriminadamente (GALTUNG, 1978). Nesse caso seriam os fatores econômicos e a máxima do setor militar: o armamento nuclear.

A ideia de ser a violência proporcional à pobreza nunca foi comprovada. Mesmo assim, essa ideia reflete na forma em que países desenvolvidos justificam a retenção da assistência técnica nuclear para si, deixando algo disponível para países pobres que não possui a tecnologia, dá-se com base no fato de que evita o escalonamento de conflitos. O raciocínio é: se Brasil e Argentina não dominarem a tecnologia nuclear e não alcançarem desenvolvimento econômico o suficiente para financiar grandes projetos nucleares, não haverá conflito. A assistência técnica, portanto, tem uma função de política comercial como uma forma de guiar o fluxo da ordem da periferia para o centro, e como uma forma de criar benevolência no modo como os tratados de comércio são forjados. Além disso, a assistência técnica seria também um instrumento usado para a política de poder, na medida que molda alianças para lidar com os conflitos (GALTUNG, 1978).

O assunto nuclear foi retomado presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Entre seus acontecimentos mais importantes estão: a Declaração de Fiscalização Mútua de 1990 e o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC); Acordo Bilateral

de 1991; A criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC); Acordo entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (Acordo Quadripartite) em 1991; o Tratado de Assunção de 1991 e a criação do MERCOSUL.

Para falar da criação da ABACC até a criação do MERCOSUL, ambos em 1991, o tema da paz ainda é recorrente. Neste caso específico, o tema da paz e da integração andam juntos, já que fizeram parte de um único processo. Para Galtung, integração é simplesmente o processo em que dois ou mais atores formam um novo ator; quando o processo está completo, os atores dizem que está integrado. Por outro lado, a desintegração é o processo em que um ator se define em dois ou mais atores. Quando o processo se completa, o ator diz que está desintegrado (GALTUNG, 1968).

A integração é um processo de construção gradual. Uma dimensão da integração acontece quando a integração leva à criação de um ator de um tipo diferente. Justamente, quando a ABACC e o MERCOSUL são criados, são tipos de atores diferentes dos originais, que são países; eles são uma agência e uma organização internacional, respectivamente. Outra dimensão da integração são os aspectos internos que diz respeito às mudanças nas relações entre os atores originais necessários para integrá-los, e os aspectos externos com relação aos atores originais em conjunto aos outros atores. Pergunta-se: o ambiente lida com a nova unidade que pretende se integrar ou ele ainda opera como se a integração não tivesse acontecido? (GALTUNG, 1968). Essa é uma questão de reconhecimento. De fato, o reconhecimento foi feito, tanto que quiseram envolver a AIEA nos negócios da ABACC, mas não antes de se abrirem para que o reconhecimento fosse feito. Essas e as seguintes questões ajudam a localizar o lugar da integração do Brasil e Argentina no mundo.

Ele também propõe condições para que haja a integração, dividido em três grupos. O primeiro é o da “integração como integração de valores”, na qual estão o modelo igualitário ou hierárquico. O segundo é a “integração como integração de atores” dividida em modelo de semelhança e modelo interdependente. O terceiro é a “integração como intercâmbio entre as partes e o todo”, na qual estão o modelo de fidelidade e o modelo de alocação. Sobre a integração como integração de valores, ambos os modelos podem ser vistos (GALTUNG, 1968). O modelo igualitário pode ser interpretado como a coincidência dos interesses, que aconteceu quando Brasil e Argentina se juntaram bilateralmente para conduzir negociações sobre a segurança com relação à ameaça da estrutura externa, e sobre a integração que

objetivava o desenvolvimento. O modelo hierárquico seria a integração dos valores, a exemplo de que, para negociar a paz, eles tiveram que deixar de lado – pelo menos um pouco – os objetivos de hegemonia na região para compartilhar de uma zona livre de armas nucleares

Sobre a integração como integração de atores, o modelo de semelhança pode ser traduzido como um processo do aumento da semelhança entre os atores, como um ranking, a composição demográfica, a estrutura econômica ou política etc. Sendo assim, a integração foi semelhante tanto no posicionamento na América Latina quanto pela integração da estrutura econômica e, por vezes, política dos Estados. Agora, o modelo interdependente é o quanto eles têm uma relação de simbiose, referindo-se à ideia de eles estão tão integrados que se alguém de fora prejudicar um, o outro vai lhe dar apoio como se fosse ele mesmo o prejudicado. Isso é observado no posicionamento do Brasil e Argentina desde o conflito da Argentina com o Reino Unido, e o posicionamento de defesa da região lhes confere essa relação simbiótica (GALTUNG, 1968).

Por fim, sobre a integração como intercâmbio entre as partes e o todo, o modelo de fidelidade se encaixa como um tipo de suporte em que Brasil e Argentina alocam recursos para a organização regional que criaram. Já o modelo de alocação é a ideia de que a integração só pode existir ou continuar se existe algo a oferecer aos outros componentes do grupo, como quando os dois países criam um senso de identidade, proteção e propósito, e a organização regional criada serve como um mercado multilateral que distribui os recursos pelo comércio de bens, capitais e serviços (GALTUNG, 1968).

Por fim, uma última definição para o tipo de integração revisto é a de Construção do Mundo, que, ao construí-lo em blocos, procede a partir da integração territorial (juntando-se por causa da proximidade), da integração vertical ou organizacional (juntando-se por causa da organização internacional do trabalho), e da integração horizontal ou associativa (juntando-se a partir do princípio da afinidade, que leva a um tipo de funcionalismo como uma organização governamental). A intenção da integração Brasil-Argentina até o MERCOSUL é clara aqui, mas o mais interessante é notar que, a partir dos princípios pelos quais tomaram a decisão de se integrar, o ciclo se fecha no mesmo lugar. Entram as questões de defesa do território na América do Sul, da verticalidade, de um sistema de dominação e da criação de um ambiente pacífico em que é possível trabalhar juntos com base nas suas afinidades (GALTUNG, 1968).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da história das relações bilaterais entre Brasil e Argentina no contexto anterior à cooperação, vale dizer que suas relações bilaterais conturbadas não eram só decorrentes de seus próprios assuntos, mas eram estimuladas também.

Ambos competiam a partir de uma certa postura, pela transferência de tecnologia militar. Eles disputavam a cooperação dos países desenvolvidos por aparato militar e tecnologia nuclear, mas somente alcançaram um fraco rearmamento. Assim, a desconfiança entre ambos continuava. Enquanto isso, as táticas utilizadas levavam em consideração o apelo aos Estados Unidos, que era uma das maiores referências militares pela tecnologia de guerra, pois a sua classificação enquanto poder militar dependia do desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, já existiam sinais explícitos do que sustentava a desigualdade de forma financeira, tecnológica e militar, especialmente, nesse caso, pelo desenvolvimento tecnológico nuclear.

O Brasil sofreu várias interferências na transferência de tecnologia. O desenvolvimento nuclear brasileiro também foi marcado pelo controle dos Estados Unidos, tentando barganhar alguma conquista tecnológica. Mesmo com o programa de Angra I, não foi um processo de transferência ampla da tecnologia porque a pretensão do Brasil em obter tecnologia nuclear não foi bem vista, tampouco a da Argentina. Este último país foi pioneiro na América Latina em obter a tecnologia do ciclo de urânio completo e não buscou contribuição estrangeira oficial para os equipamentos e instalações tecnológicas. Foi mais discreta, mas também chamou atenção pelo interesse nuclear.

O início do dos anos 1980 trata da passagem da rivalidade para a cooperação entre Brasil e Argentina, que resultou em sua superação nas estratégias nuclear compartilhada e na integração.

Este foi o começo de uma aliança regional com a criação da ABACC, que, definitivamente, apresentou um caráter transformador em termos de Paz. Houve, logo após, um aprofundamento da cooperação no setor técnico e colocou-se em prática um novo paradigma de segurança, ao propor um olhar desafiador ao sistema internacional, reconhecendo o potencial do conjunto e a realização de que poderia funcionar na prática.

Nesse primeiro momento - anos 1980 - um grupo de trabalho foi criado para promover o desenvolvimento tecnológico nuclear e a criação de mecanismos que assegurem a sua função

pacífica e o desenvolvimento na região. Ainda um pouco afetados pela desconfiança quanto aos motivos do interesse em desenvolvimento nuclear, de acordo com Galtung, a lógica da confiabilidade por países desenvolvidos para com os subdesenvolvidos é falsa, pois a relação proporcional entre violência e pobreza não existe. Assim, a ABACC significa o contorno dessa lógica, pois coloca em evidência o caráter pacífico do desenvolvimento nuclear de países subdesenvolvidos.

A partir dos anos 1990, a cooperação pela integração é acelerada. O liberalismo econômico, a redução da regulação do Estado e diminuição de tarifas e barreiras, bem como o evidente multilateralismo e envolvimento com a AIEA, pairam sobre o período em questão. Além disso, havia um posicionamento definitivo entre Brasil e Argentina sobre a cooperação nuclear e integração regional. Dessa forma, a ABACC foi um pilar essencial para a integração do MERCOSUL ao qual só restava aceitar o regime de salvaguardas.

Ademais, a integração do MERCOSUL fecha o ciclo das questões de defesa da América do Sul e a questão da verticalidade e da horizontalidade do sistema global, criando um ambiente pacífico em que é possível trabalhar horizontalmente por meio de suas afinidades.

Como consequência da convergência dos diversos pontos que cruzam a ABACC e o MERCOSUL, a agência é um pilar da integração e eles possuem uma relação recíproca a partir da qual a organização internacional também se compromete em preservar a segurança. Sem a ABACC, o MERCOSUL não teria existido nos termos que são pautados hoje, como a segurança da região. Mais do que isso, com a ABACC, a estrutura institucional e a política de confiança mútua até chegar em termos econômicos e de segurança em um só patamar, foram possíveis.

Respondendo à questão principal, a contribuição da ABACC para política externa brasileira e a partir da questão de segurança nuclear não é uma, e sim várias.

É relevante mencionar a condução da iniciativa do Brasil na reciprocidade das relações exteriores. O que significava uma relação de disputa, como foi com a Argentina, além de rivalidades estimuladas entre os dois países e a desconfiança mútua, especialmente no contexto nuclear, pôde ser questionado a ponto de ver o vizinho argentino a partir de um lugar compartilhado no contexto desigual da violência estruturada.

Assim como a Guerra das Malvinas foi um precursor para a aproximação do Brasil com relação à Argentina, que claramente foi uma mudança significativa para as relações exteriores brasileiras, o início do processo da criação da ABACC também representou o início da

transformação do conflito. Ainda, o posicionamento sobre a defesa regional mudou, fazendo com que houvesse um regulamento nas assimetrias das estruturas da paz negativa por meio da cooperação e da ação integrada.

Um dos papéis mais relevante que o processo de criação da ABACC propiciou para a política externa brasileira foi o seu destaque na orientação de um sistema de defesa na América do Sul, na medida que estabelecia parâmetros do que seria considerada uma ameaça, bem como sugeriu como seria feita a defesa com relação às reais necessidades da região. Neste período, o desequilíbrio estratégico relativo à segurança regional pôde ser superado, pois, desde o início a aplicação multilateral e internacional originada especialmente pelos ideais dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria foi motivo de questionamento por parte do Brasil. Para o estado brasileiro, determinadas medidas de segurança não poderia se adaptar à realidade específica da região sul do continente. Por isso, o Itamarati passou a enxergar outras formas de equilíbrio de poder militar, tal como foi a proposta da criação da ABACC.

Atentando-se às necessidades básicas, foi possível vislumbrar os aspectos internos e os problemas específicos de cada país da região, de forma que pudessem ver que compartilham de dificuldades em comum. Dessa forma, integrando os valores uns com os outros, e respeitando a originalidade das soluções apresentadas primeiramente pelo Brasil, foi possível também criar um modelo para conduzir as discussões sobre a segurança e ameaça da região, levando em consideração o que acreditavam ser uma real ameaça, e o que poderia ser um método efetivo para enfrenta-las, uma vez que o caminho do discurso liderado pelos Estados Unidos tinha como premissa a criação de uma ameaça e uma forma inautêntica de proteção dos países americanos a partir da força militar americana.

A superação do modelo hierárquico de defesa e a integração de valores em comum foram outras das contribuições importantes do processo de apaziguamento instaurado com o processo de criação da ABACC para a política externa do Brasil. A partir da ideia de compartilhar uma zona livre de armas nucleares, surge também o compartilhamento de suas semelhanças como estrutura política, econômica, demográfica, etc. A contar com um modelo independente e uma relação simbiótica, a integração pôde tomar forma ao alocar recursos tanto para a ABACC quanto para o MERCOSUL, criando para o Brasil, e para a Argentina também, um senso de proteção, propósito e identidade.

Enfim, integrando-se em vários níveis e criando um ambiente pacífico baseado nas na afinidade dos países envolvidos, pela representação da ABACC com determinação, firmeza e

constância em demonstrar a intenção pacífica da tecnologia nuclear, pela defesa dos interesses energéticos do Brasil e Argentina, levando em consideração suas necessidades – como foi a preocupação do Brasil e Argentina em investir em tecnologia nuclear –, pela criação de novas lógicas de segurança cooperativa e planejamento em defesa, priorização dos assuntos regionais de defesa e integração como modelo para a paz efetiva, por evidenciar do caráter pacífico do desenvolvimento nuclear de países subdesenvolvidos; e por colocar em evidência motivos para confiança mútua e comprometimento com a paz positiva, é visível a importância da ABACC em garantir a paz na região, e todo este impacto que causou não só na política externa brasileira, mas pelo transbordamento das relações pacíficas e autênticas para a Argentina e para os demais Estados-membro do MERCOSUL.

REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. **As Nações Unidas e o Conceito de Segurança Coletiva**. Estudos Avançados, v 1., n. 25, p. 139-147, 1995.
- BARROSO, Juliana Lyra Viggiano. **Segurança e Uso da Fora do Contexto da OTAN Pós-Guerra Fria**. Ver. Sociol. Polít., Curitiba, v. 27, p. 43-63, 2006.
- BOHLKE, Marcelo. **O sistema de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica e os procedimentos especiais: implicações para o programa brasileiro de desenvolvimento de submarino com propulsão nuclear**. Brasília: FUNAG, 2022.
- BRANCATO, Sandra. M. L. **As Relações Brasil/Argentina no ano de 1937: Rivalidade e Conflito**. Estudos Ibero-Americanos, v. 14, n.2, p. 195-214, 1988.
- BRANCATO, Sandra. M. L. **As Relações Brasil/Argentina no ano de 1937: Rivalidade e Conflito**. Estudos Ibero-Americanos, v. 14, n.2, p. 195-214, 1988.
- CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

- CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Acordo Bilateral Argentina-Brasil na Área Nuclear**. In: VIEIRA, Gustavo Oliveira (org.). 30 anos MERCOSUL: Caminhos e Possibilidades. Curitiba: Instituto Memória Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2021.
- CRESWELL, John W. **Designing and Conducting Mixed Methods Research**. SAGE: 2011.
- ESCORREGA, Luís Carlos Falcão. **A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias**. Lisboa, Revista Militar, v. 2491, 2009-2010.
- GADANO, Julián; BIANCO, Belén. **La Cooperación como Modelo de Desarrollo Autónomo Legítimo: los Casos de Brasil y Argentina**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do (org.). O Modelo ABACC: um Marco no Desenvolvimento das Relações entre Brasil e Argentina. Santa Maria: Editora UFSM, 2016.
- GALTUNG, Johan. **A Structural Theory of Integration**. International Peace Research Institute, Oslo, e University of Essex, Colchester, v. 5, n. 4, p. 376-395, 1968.
- GALTUNG, Johan. **On the Future of the International System**. Journal of Peace Research, Peace Research Institute Oslo, v. 4, n.4, p. 305-333, 1967.
- GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. London: SAGE, 1996.
- GALTUNG, Johan. **The New International Economic Order and the Basic Needs Approach**. Alternatives: Global, Local and Political, v. 4, n. 4, p. 455-476, 1978.
- GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Research**. Organicom, Oslo, v. 15, n. 28, p. 33-56, 2018.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41, p. 99-120, 1998.
- MENDICOA, Gloria E. **Sobre Tesis y Tesistas: lecciones de enseñanza-aprendizaje**. Espacio Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. **Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais**. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.
- OLIVEIRA, Maria Odete de. **Os Descaminhos do Brasil Nuclear**. UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, 1999.

PINTO, Paulo Cordeiro de Andrade. **Diplomacia e política de defesa: o Brasil sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)**. Brasília: FUNAG, 2015.

PLUM, Mariana Oliveira do Nascimento. **O Papel da ABACC na Governança Global**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do (org.). **O Modelo ABACC: um Marco no Desenvolvimento das Relações entre Brasil e Argentina**. Santa Maria, Editora UFSM, 2016.

RÊGO, Elba Cristina Lima. **Processo de Integração do Mercosul**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 167-196, 1995.

ROBOREDO, Nuno Paulo Rocha. **A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militares no Século XXI**. 2011.